

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Lousada, Abílio Pires, 1966-

Recensão de em nome da pátria

<http://hdl.handle.net/11067/5490>

Metadata

Issue Date	2011
Type	article
Peer Reviewed	No
Collections	[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 08 (2011)

This page was automatically generated in 2024-02-29T11:16:09Z with information provided by the Repository



José João Brandão Ferreira, *Portugal, o Ultramar e a guerra justa*, Alfragide Publicações, Dom Quixote, 2009, 592 p.

Decorreu meio século desde que a Guerra na África Portuguesa se iniciou, uma guerra que é hoje História e Memória, revivida enquanto efeméride por povos que à época pensavam na saudade do futuro e viviam um presente de confronto armado, sentido hoje como um passado longínquo que passou e um futuro que é presente na convergência política, na intimidade social e na cooperação militar. A esperança do futuro assente numa identidade histórico-cultural que é perene.

Os “canhões” calaram-se em África, pelo menos do lado Português, há mais de três decénios. Historicamente ainda não é tempo de dissecar cabalmente um conflito que marcou uma geração em Portugal e nos então domínios africanos e persiste ainda pouco (e mal) estudada e pior compreendida. As feridas estão saradas, mas persistem constrangimentos de várias ordens, que impedem abordagens políticas racionais e socialmente arredadas de ideologias vincadas e militarmente isentas que trilhem o labor e sintam o ardor dos soldados que fizeram a guerra e verteram o sangue por uma causa nacional.

Não é um acontecimento para comemorações ou de celebrações, mas o momento serve de motivação adicional que as efemérides normalmente emprestam para discorrer e analisar a guerra nas várias vertentes. Desde logo ao nível das causas e das motivações dos actores envolvidos, das estratégias implementadas, da metodologia de emprego de forças, das lideranças políticas e das chefias militares e, também, das consequências de curto e longo prazo. Os estudos estão por fazer. Muitos protagonistas políticos e militares estão vivos (felizmente), alguns deles com informação resguardada ou que ainda não verteram a público vivências passadas e percepções sentidas, há documentos que permanecem “em segredo de Estado” e há ajustes de contas mal compreendidos que arrufam de tempos a tempos ao nível do modelo de análise.

Há obras de referência que centram o tema na guerra como um todo,

infelizmente ainda de pequena monta, podendo destacar-se os 8 volumes da “Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)”, do Estado-Maior do Exército, de consulta obrigatória, a “Contra Insurreição em África. O Modo Português de Fazer a Guerra” do americano John Cann, um clássico, ou a “Guerra Colonial”, de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, de descrição abrangente, mas com uma perceptível carga ideológica. Estas obras são pontos de partida face a uma dispersão que abunda sobretudo ao nível da cronologia e da descrição dos factos, dos testemunhos quantas vezes eivada de justificações pessoais, dos estudos sectoriais de teatros de operações. É recorrente a ausência de análises consolidadas, do porquê, como e para quê fez Portugal a guerra, da Estratégia delineada, da metodologia de emprego de forças, da legitimidade ou da causa justa (ou injusta) da guerra. Há, realmente, muita pergunta sem respostas sustentadas relativas à guerra de contra-subversão que Portugal travou nos seus domínios africanos.

João José Brandão Ferreira é um autor conhecido e nem sempre compreendido, caracterizado pela escrita histórica e estratégica regularmente fugida dos “lugares comuns”, pela tomada de posições que chocam ideias feitas, pelo levantar de linhas de interpretação quantas vezes exemplarmente ignoradas ou convenientemente escondidas, sustentado em dados que explica a razão dos factos ocorridos, abrindo “chavetas” para caminhos não trilhados.

“Em Nome da Pátria”, uma obra sobre Portugal, o Ultramar e a causa justa da guerra, não foge aos costumes. Só por si, o termo Pátria choca consciências mal medidas sobre o que é um desígnio nacional, que deve ser encerrado no tempo concreto, e que é de hoje e de sempre. Com quase 600 páginas, a obra percorre o «Portugal Imperial» desde Ceuta (1415) até ao regresso às origens em 1975, um texto de notória apologia patriótica para quem a preservação dos domínios ultramarinos em África releva de um desígnio nacional, uma razão de Estado transformada em objectivo vital. Os capítulos 2. e 3. referem-se à situação Geopolítica de Portugal após a 2ª Guerra Mundial, a nível interno e no contexto internacional, o capítulo 4. aborda os movimentos subversivos organizados nos três teatros de operações e as ofensivas desencadeadas que conduziram à guerra, enquanto o capítulo 5. desenvolve a adaptação das Forças Armadas Portuguesas à guerra subversiva, as acções defensivas encetadas e a evolução da guerra.

São capítulos de enquadramento que revelam um notável fôlego justificativo de um conjunto de teses apresentadas nos capítulos seguintes. Teses que merecem um debate despretenso, em que as principais ou, pelo menos, as mais controversas são: a guerra era justa e assentava no primado do direito que assistia ao Estado Português; a guerra era estrategicamente fundamentada, económica e financeiramente suportável e militarmente sustentável; a solução para a guerra era política, mas também militar, económica e psico-social.

A guerra era justa e primava pelo *jus ad bellum*. Portanto, à luz do Direito Internacional Público Portugal reagiu a agressões de grupos insurrectos africanos que afrontaram a ordem constitucional vigente, lesaram o *status quo*

social das Províncias Ultramarinas e serviram de procuradores a ingerências externas inaceitáveis. A questão da guerra justa e do direito da guerra é um dos fundamentos avançado pelo autor, em que o argumento de que “a esmagadora maioria das populações de todos os territórios mantiveram a lealdade à bandeira portuguesa” choca com teses em sentido contrário que têm feito escola em muita da literatura, historiografia e manuais escolares impostos institucionalmente. As teorias de que Portugal remou contra os ventos da História e que Salazar devia ter descolonizado em tempo útil são refutadas sem contemplações, asseverando que Salazar não só continuou responsabilmente a obra herdada dos antepassados como a dignificou e engrandeceu. Uma afirmação que, atendendo aos tempos que correm, já mereceram ao autor vários epítetos, sendo o de fascista o mais inócuo.

Mas nada que o demova das suas análises históricas. Análises que definem o direito português de permanência em África com o argumento histórico, a especificidade da colonização, o esforço civilizador e evangelizador, pela razão de Estado e a vontade da maioria das populações.

Outra tese sustenta que a guerra era estrategicamente fundamentada, económica e financeiramente suportável e militarmente sustentável. Porque os domínios portugueses em África eram parte integrante do Conjunto Português, a resposta assentou num conjunto de estratégias gerais: diplomática, de forma a garantir a cooperação ou a acomodação dos aliados tradicionais e conter a oposição dos países vistos como ameaça política; económica, para sustentar as condições de vida das populações autóctones, fazendo-as sentir-se parte integrante do Portugal *d’áquem e d’álem mar*; psicológica, que se destinava a obter apoio das populações e a desmoralizar as subversões; militar, que visava manter a ordem pública nas províncias e garantir a integridade territorial.

À época, Portugal não se encontrava numa situação económica desesperada, conforme se menciona insistentemente na actualidade, pois entre 1947 e 1974 o País conheceu um período de crescimento económico assinalável, nomeadamente através dos Planos de Fomento, iniciados em 1953, com o investimento público a ser canalizado para as obras públicas, transportes e para a formação de novas empresas em conjunto com capitais privados, que marcou uma era de industrialização e terciarização do País. Brandão Ferreira afirma também que a moeda nacional se manteve forte, Portugal dispunha de quantidades apreciáveis de ouro e divisas e que nenhum sector económico foi afectado pela guerra. Tanto mais que, acrescenta, Portugal estava plenamente inserido na comunidade internacional enquanto membro da EFTA, do FMI, do Banco Mundial e GATT, tendo abertas as vias de acesso ao crédito. Se a estas organizações for acrescentada a ONU e a OTAN e o relacionamento privilegiado com países como a França e a RFA, a ideia do isolamento internacional do País surge indefensável. Ou seja, Portugal não estava orgulhosamente só.

A guerra era militarmente sustentável e estava longe de se considerar perdida. Para o efeito, atenta na rapidez da resposta e na adequação do aparelho

militar à tipologia dos conflitos, na condução da guerra a um ritmo lento e de baixo custo e à forma como as forças militares actuaram de forma conjunta e se implantaram nos territórios através de uma malha com objectivos também psico-sociais. E, assim, face a um inimigo com uma base de recrutamento reduzida (que não tinha o apoio da maioria das populações), mal equipado e armado e pior instruído que, ainda por cima, padecia de coesão, a situação militar no Ultramar estava controlada. Fortalecida por um contingente militar africano que chegou quase aos 50% dos efectivos das Forças Armadas Portuguesas e a convicção que as populações autóctones não pretendiam a independência do espaço territorial em que viviam. Em Angola a guerra estava resolvida em 1974, em Moçambique a guerrilha estava a ser combatida com sucesso e não existia ameaça de monta que não fosse passível de ser repelida ou anulada e, mesmo na Guiné, a iniciativa estratégica permanecia do lado português, a despeito da proclamação unilateral de independência de 1973. Portanto, Portugal não só não ia perder militarmente a guerra como tinha garantidas as condições no terreno para a ganhar, mesmo que as guerrilhas não fossem completamente erradicadas.

E, assim face ao exposto, qual era a solução para a guerra? Brandão Ferreira avança, com ironia, a frase tantas vezes repetida e politicamente correcta de que “a solução para a guerra era política e não militar”. Que refuta liminarmente. Para ele não competia aos militares dar tempo aos políticos para que encontrassem uma solução, mas sim aos políticos dar aos militares, aos diplomatas, aos empresários e à sociedade em geral as condições necessárias para que cumprissem com as suas obrigações decorrentes dos objectivos políticos a atingir, o que foi garantido através da conjugação harmoniosa das estratégias gerais enquanto formas de coacção – diplomática, económica, psicológica e militar. Portanto, nas Forças Armadas recaía, naturalmente, o ónus de ganhar a guerra e ao poder político desenvolver esforços no sentido encontrar soluções consentâneas com o interesse nacional no mais curto espaço de tempo, impedindo uma percepção de que se ganhava tempo para «empatar» a guerra em curso.

Trata-se de uma opinião pouco compreensível nos seus contornos dogmáticos e que carece de uma sustentação mais esclarecedora, mas que encerra a virtude de merecer um debate de ideias alargado dos *opinion makers* da História.

As alternativas eram várias, desde a concessão de independências, que implicava entregar os territórios e as populações a pequenos grupos de guerrilha de reduzida expressão, avançar com um processo federativo como o defendido por Spínola, dificilmente aceitável para o bloco marxista-comunista da guerra fria, transformar o regime numa democracia tipo ocidental que não alteraria, contudo, o comportamento das forças subversivas, efectuar um plebiscito às populações africanas, que seria favorável à presença portuguesa nos domínios africanos mas que não seria aceite pelos grupos guerrilheiros. Consequentemente, os problemas para uma solução consentânea com os desígnios nacionais estavam nos movimentos subversivos e nos interesses soviéticos indesejáveis no contexto de guerra fria que marcava a conjuntura estratégica internacional. E, nas “quintas

colunas” existentes na sociedade portuguesa, que o governo de Marcello Caetano não acautelou.

Guerra que terminou de forma abrupta e traiçoeira com a acção de força do MFA que fez um golpe militar que abateu o regime do Estado Novo, “proclamou nem mais um soldado para as colónias” e entregou os territórios a movimentos subversivos não preparados para assumirem responsabilidades face a estratos sociais que não lhe reconheciam representatividade nacional. Portanto, esforço de guerra foi minado internamente por movimentos politizados que campearam na sociedade portuguesa e se intrometeram no seio das próprias Forças Armadas, inquinando a vontade de combater e a escala de valores patriótica paciente e tenazmente sustentada por Oliveira Salazar. Neste contexto, o autor lamenta “como é que se pode perceber e aceitar que um problema corporativo relacionado com promoções (...) descambou num golpe de Estado que fez ruir, de forma indecorosa, cinco séculos de História?”.

Em jeito de fecho, citamos uma pergunta que o autor coloca e a que o próprio responde, que bem pode sintetizar todo o conjunto de teses plasmadas no livro: “estariam os portugueses a mais em África? A resposta é um redondo «não!»”. “Se a guerra era justa e de direito; se era sustentável; se não impedia o desenvolvimento; se não estava perdida militarmente; se não estávamos orgulhosamente sós; se a maioria da população não estava contra o facto de ser portuguesa; se estávamos longe de estar isolados no mundo; se a nossa estratégia estava certa; se tudo fazia sentido para o nosso futuro; se a solução política da guerra passava pela desistência do inimigo; isto é, se todos os mitos postos a correr como verdadeiros eram falsos, como é que se pôde alegar razoabilidade e bom-senso para baixar os braços e desistir da luta, abandonando ao deus-dará património, gentes, fidelidades, compromissos, vergonha, honra ... tudo!”.

“Em Nome da Pátria” pode não ser um tratado histórico-militar ou estratégico que encerre o assunto Guerra do Ultramar (como o autor a define). Mas também não é, seguramente, mais um “pasquim” dos muitos que sobre a guerra aparecem no tempo certo. “Em Nome da Pátria” é uma obra de autor, polémica o suficiente, com fundamento necessário e ideológica quanto baste. É um livro com muita História, uma amplitude militar tão vasta quanto o exige a temática da guerra, com a análise estratégica clara quanto ao objecto de estudo, devidamente delimitada relativamente à temática abordada, pertinente para uma leitura descomprometida, incisiva no contra ponto às ideias feitas. “Em Nome da Pátria” é realmente um estudo sério sobre “Portugal, o Ultramar e a Guerra Justa”.

Abílio Pires Lousada